

SALÃO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
**XXIX SIC**  
  
**UFRGS**  
PROPESQ



múltipla   
**UNIVERSIDADE**  
inovadora  inspiradora

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2017
<b>Local</b>	Campus do Vale
<b>Título</b>	O INSTRUMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS NO PDDUA DE PORTO ALEGRE: APLICAÇÕES E IMPACTOS NA DINÂMICA DA CIDADE. ESTUDO DE CASO: ZONA CENTRAL DE PORTO ALEGRE
<b>Autor</b>	ANA AGUIRRE SILVEIRA DA ROSA
<b>Orientador</b>	FABIAN SCHOLZE DOMINGUES

**O INSTRUMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS NO PDDUA DE PORTO ALEGRE:  
APLICAÇÕES E IMPACTOS NA DINÂMICA DA CIDADE  
ESTUDO DE CASO: ZONA CENTRAL DE PORTO ALEGRE**

Autora: Ana Aguirre Silveira da Rosa

Orientador: Prof.º Fabian Domingues

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Grupo de Pesquisa em Economia Urbana e Direito à Moradia

Uma das grandes conquistas do movimento pela reforma urbana no Brasil, no campo institucional, foi o Estatuto da Cidade - documento aprovado em 2001 que regulamenta o capítulo "Política Urbana" da Constituição Federal. O Estatuto, além de estabelecer a moradia como direito absoluto e exigir o cumprimento das funções sociais da propriedade, também prevê que todas as cidades com mais de 20 mil habitantes devem ter um Plano Diretor e que este deve ser revisto há cada dez anos, no mínimo.

O atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre data de 1999 e sua primeira atualização foi aprovada em 2010, com o Estatuto da Cidade já em vigor. O próximo processo de revisão está programado para ocorrer entre 2017 e 2019, em meio a um momento de crise política, institucional, econômica e social no Brasil. Neste contexto, torna-se ainda mais necessário nos apropriarmos do Plano Diretor da cidade e analisarmos os instrumentos que ele prevê, de modo a embasar a luta por um modelo de cidade democrático e participativo e não permitir que o PDDUA seja mais um dos tantos documentos submetidos à especulação imobiliária.

Dentre os diversos instrumentos previstos pelo PDDUA, elegemos o instrumento de Projetos Especiais (alterado pela L.C. no 646, de 22 de julho de 2010) como objeto de estudo desta pesquisa, uma vez que: (1) seu caráter flexibilizador dos regimes urbanos constitui um instrumento imprescindível para a implementação de grandes empreendimentos imobiliários na cidade; e (2) apesar de amplamente utilizado, o papel deste instrumento no desenvolvimento de Porto Alegre não foi globalmente mapeado ou analisado até o atual momento.

Os Projetos Especiais são subdivididos em 1º, 2º e 3º Graus, de acordo com o impacto urbano gerado. A pesquisa em andamento trata dos Projetos Especiais de 2º Grau - de maior impacto que os Projetos Especiais de 1º Grau e amplamente mais numerosos que os de 3º Grau.

A metodologia consiste, inicialmente, na listagem da totalidade de Projetos Especiais de 2º Grau aprovados ou em tramitação a partir de 2010, partindo de dados fornecidos pela Prefeitura de Porto Alegre. Em seguida, na elaboração de um mapeamento georreferenciado dos Projetos Especiais de 2º Grau para, posteriormente, compreender quais as relações dos projetos mapeados com as dinâmicas urbanas implicadas neste período de tempo. Através dos resultados desta primeira etapa de mapeamento, busca-se uma análise dos processos de aprovação dos Projetos Especiais e dos impactos gerados pela sua execução em uma microescala, explorando relações de bairro, e em uma macroescala, relacionando-os com os bairros adjacentes e as zonas em que os mesmos estão inseridos.

De forma a estruturar o mapeamento e as análises, optamos por utilizar a divisão da cidade nas quatro zonas - Centro, Sul, Leste e Norte - observando os desdobramentos do instrumento do Plano nas diferentes regiões da cidade, considerando a diversidade da organização espacial e a situação socioeconômica de cada área impactada pelos projetos especiais. Sendo assim, cada uma das 4 pesquisadoras do grupo trabalhará sobre uma das zonas. O presente trabalho trata do papel dos Projetos Especiais de 2º grau na dinâmica da Zona Central de Porto Alegre, correspondente à macrozona 1 definida pela Prefeitura.